

# *Economia - Brasil* Planalto deve vetar maioria das emendas

O presidente Fernando Henrique Cardoso deverá vetar, até o próximo dia 19, quinta-feira, boa parte das emendas parlamentares feitas ao Orçamento Geral da União de 1995. Sobreviverão somente as que guardem coerência com as prioridades sociais do governo. Isso, contudo, não cobrirá o corte de cerca de R\$ 15 bilhões que o ministro do Planejamento, José Serra, terá de fazer no orçamento aprovado pelo Congresso, para equilibrar receitas e despesas.

O Orçamento deste ano, preparado no ano passado, obedeceu à tradição de forjar receitas para empatar com as despesas, sem compromisso com a realidade. Colocá-lo nos eixos é a mais urgente tarefa da Seplan. Aos demais ministros, que receberão novas e menores dotações, caberá a tarefa de redefinir prioridades, compatíveis com os recursos existentes.

Dos cerca de R\$ 260 bilhões estimados de receitas e despesas, R\$ 148 bilhões correspondem à rolagem do principal e da parcela dos juros da dívida interna móbiliária. Pouco mais de duas vezes o estoque da dívida, já que o prazo médio de duração dos títulos federais tem sido de cerca de 150 dias. Ou seja, a cada cinco meses o Tesouro tem de "rolar" toda a dívida interna.

Limpando o orçamento da dívida, assim, sobriam cerca de R\$ 112 bilhões, mas, destes, R\$ 12 bilhões foram colocados apenas para formalmente cobrir os "buracos", pois não são receitas consideradas "genuinamente fiscais". Dos R\$ 100 bilhões que sobriam, R\$ 32,2 bilhões já estão comprometidos com a folha de pagamento do funcionalismo público. Abatendo outras despesas, como as de gastos correntes, e descontando das receitas tributárias o que vai para estados e municípios, chega-se a uma cifra quase próxima de zero para investimentos. Vida dura será a dos ministros que acabaram de assumir. Qualquer plano mais ousado de investimento fica atia-

do sistema.

GAZETA MERCANTIL

por Claudia Safatle

16 JAN 1995